

Candomblé e intolerância religiosa

Ordep Serra

Para além de meras questões raciais, a rejeição aos cultos afros revela um retorno à barbárie, uma afronta à dignidade cidadã e, pelo fato de partir de religiosos que se dizem cristãos ou evangélicos, é um insulto ao próprio Cristo. Mais que um texto leiam-se estas linhas-grito-denúncia

Não é novidade no Brasil a intolerância religiosa. Não são as 'novas igrejas' as primeiras a promovê-la, nem têm a precedência na agressão racista aos cultos afro-brasileiros. Triste papel teve a Igreja Católica neste quadro. Foi, durante muito tempo, a religião oficial, e contaminou-se de um autoritarismo que, muitas vezes, a fez reivindicar ferozmente o monopólio das consciências. Seu passado escravista, sua cumplicidade com a exploração brutal dos negros, seus furores inquisitoriais contra os ritos africanos criam-lhe uma dívida tremenda, que ela ainda não se anima a reconhecer e saldar. É verdade que muita coisa mudou: setores dessa Igreja avançam em espírito de justiça; alguns têm buscado um diálogo sincero, fraterno, com o povo-de-santo. Mas o preconceito ainda envenena sua hierarquia. Os pedidos de

perdão continuam a ser feitos da boca para fora, sem qualquer compensação que os ratifique. A Igreja Católica só tem reagido à intolerância quando é por ela atingida. Quando são outras as vítimas, seu silêncio é eloquente.

Muitas igrejas evangélicas, mesmo as tradicionais, com uma história de lutas contra a intolerância, praticam-na contra os cultos afro-brasileiros de forma virulenta. Também no seu seio, aqueles que procuram o diálogo ecumênico de modo sincero, abraçando com verdadeira fraternidade os religiosos não-cristãos, vêm a ser minoria – e minoria perseguida. A triste retração do ecumenismo chegou mesmo a um ponto crítico no seu berço: quer-se ele agora mitigado, limitado aos cristãos. Uma contradição em termos apõe a marca do ridículo a essa proposta mesquinha.

O Estado, que deveria garantir os direitos dos religiosos afro-brasileiros, mostra para com eles uma indiferença cheia de menoscabo – e assim alimenta a intolerância, respalda o abuso. Mais que isso, dá o exemplo da discriminação contra o povo-de-santo. Uma prova eloquente temos na Bahia. A imunidade a tributos como o imposto territorial urbano é reconhecida a todos os templos religiosos, mas este imposto continua a ser cobrado aos terreiros... As autoridades recusam-se a admitir, na prática, que terreiros são templos.

O que há de novo na investida das novas igrejas contra a umbanda, o can-

domblé, os cultos afro-brasileiros em geral? Ela é conduzida, agora, com uma nova virulência e com recursos muito poderosos. Pois quem a protagoniza são empresas eclesiais que têm o controle de meios de comunicação de massa, e sabem empregá-los; são organizações que realizam com habilidade 'neoliberal' uma persuasiva drenagem de renda dos mais pobres; que se estruturam politicamente, capitalizando votos de modo a pressionar o aparelho de Estado, livrando-se com facilidade dos incômodos da lei; e falam uma linguagem direta, em acordo com o discurso sociopolítico dominante: privilegiam o sucesso como valor supremo. Além disso, seus pastores dominam técnicas muito hábeis de manipulação do racismo internalizado na massa despolitizada, aflita e abandonada a si mesma. É a auto-rejeição de homens pobres, humilhados por sua condição de cor, de classe, de origem, o que os torna vulneráveis a uma pregação enfática baseada no convite a abandonar sua identidade deteriorada. O combustível dessa mística é o racismo inconfesso que se derrama por toda a sociedade brasileira e contamina até suas vítimas.

É momento de cobrar com vigor o resgate da imensa dívida do Brasil para com os negros; é o momento das políticas afirmativas, de exigir a justa compensação por um tratamento desumano dado aos afrodescendentes em geral. Neste contexto, torna-se imperativo reconhecer que os religiosos

negros, os adeptos dos cultos afro-brasileiros, foram e são continuamente agredidos em seus direitos fundamentais, tolhidos em sua liberdade, ofendidos, maltratados, perseguidos brutalmente. É preciso traçar uma política que lhes garanta o acesso imediato aos recursos jurídicos com que possam defender-se; cumprir também proteger seus templos, legítimos territórios negros, e facultar-lhes o pleno exercício de sua liberdade religiosa.



O estudo dos cultos religiosos afro-brasileiros concentrou-se no exame dos sistemas simbólicos, sem atenção para questões muito importantes relativas às condições de vida das comunidades dos terreiros. Esta falha é realmente espantosa e precisa ser sanada. Mas é reveladora: mostra um descompromisso indefensável. Uma abordagem do assunto pode ser muito esclarecedora...

Certa vez (há coisa de dois anos) levei um grupo de alunos ao famoso Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho e pedi-lhes que fizessem, aí, um levantamento socioeconômico, de modo a caracterizar o grupo de residentes na área do *ilê axé*, traçar-lhe um perfil. Os jovens fizeram, também, uma rápida sondagem do mesmo tipo na vizinhança, de modo a ter um parâmetro de controle. O resultado os deixou intrigados. Eles verificaram que a situação dos residentes no terreiro, membros do *egbé*, em termos de emprego e renda, de educação formal etc. era, *grosso modo*, idêntica à de seus vizinhos. Mas bastaram-lhes algumas entrevistas, e um pequeno tempo de observação, para que notassem uma coisa discrepante... Segundo verificaram, a qualidade de vida dos membros do *egbé* era bem maior. Ficou claro que estes são favorecidos por

sua organização: nela, dispõem de uma rede de solidariedade muito ampla, têm canais de expressão eficazes, que os capacitam a reivindicar direitos; têm muitas oportunidades de conagração, de realização pessoal, de crescimento em termos de prestígio; gozam de "uma vida social até mais rica que a nossa", conforme opinou uma estudante; sem dúvida, o espaço do terreiro é mais vasto e agradável que o dos pequenos casarios próximos: soma os domínios do barracão e das áreas não edificadas do *ilê axé* (ornada com uma pequena mancha verde) ao âmbito das suas residências acanhadas. Mas acima de tudo, notaram os jovens pesquisadores, os membros do *egbé* da Casa Branca evidenciavam uma auto-estima muito elevada a alimentar-lhes a iniciativa, mostravam vitalidade e bom humor, um ânimo sobranceiro. Os meus alunos perceberam ainda neste povo-de-santo uma sensibilidade e uma finura que os impressionou. O que eles assim advertiram, como depois lhes expliquei, é o resultado de uma educação apurada.

Os terreiros não são apenas templos religiosos onde uma parte significativa da população vai em busca de remédio para suas aflições; são ainda agências culturais, centros de educação. Por muito tempo, e para uma grande parcela de nosso povo, para a gente negra da Bahia, foram os terreiros quase o único espaço onde pessoas pobres podiam educar-se desfrutando de um ensinamento voltado para sua valorização e efetiva integração comunitária. Não são apenas mitos, ritos, orações, uma complexa liturgia que se aprende nos terreiros; não só as fórmulas de um código religioso, os padrões de uma música e de uma dança magníficas, os segredos místicos e terapêuticos de uma etnobotânica, os procedimentos de uma culinária sagra-

Os religiosos negros, os adeptos dos cultos afro-brasileiros, foram e são continuamente agredidos em seus direitos fundamentais, tolhidos de sua liberdade, ofendidos, maltratados, perseguidos brutalmente

da, o jogo dos símbolos que inscrevem valores no corpo por meio de sutis paramentos; não só uma estética vivificadora, embebida de amor pela riqueza da criação; nem só um cáldo apreço pela vida. Nos terreiros, um homem negro, uma mulher negra, reencontra uma história que lhe foi tirada, reconquista seus ancestrais, reinventa-se o tempo perdido, vive tradições que o referenciam; qualquer homem, qualquer mulher, assim acolhido no seio dos antepassados africanos (e caboclos), aprende uma fraternidade que ultrapassa todos os limites de cor e classe; aprende a amar o divino que é sua origem e seu horizonte. Ganha respeito por si mesmo, e pelos outros.

O ataque aos cultos afro-brasileiros compromete estas conquistas. Reativa o racismo. Traz consigo uma ameaça de desagregação, de incremento da violência no seio das classes mais desfavorecidas. Mas não atinge apenas suas vítimas diretas. O progresso da intolerância só pode comparar-se com o do crime organizado em termos do perigo que representa para a sociedade. É um surto de barbárie que pode destruir um país. ☐

Ordep Serra, doutor em antropologia e colaborador de KOINONIA.